



# *Câmara Municipal de Aracruz*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## **CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ - ES**

**PROCESSO: 000224/2021**

**ASSUNTO: PROJETOS**

**DATA: 05/04/2021**

**HORA: 17:25:28**

**REQUERENTE: ETIENNE COUTINHO MUSSO - GABINETE ETIENNE  
COUTINHO MUSSO**

**DETALHAMENTO:**

**PROJETO DE LEI Nº 31/2021.**

**INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DE ARACRUZ/ES, O  
ABRIL DA INCLUSÃO.**

Pg nº

001

CMA



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
*Gabinete da Vereadora Etienne Coutinho Musso*

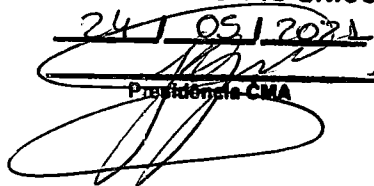
Pg nº

002

9  
CMA

**PROJETO DE LEI Nº 31 2021**

**APROVADO TURNO ÚNICO**

24 / 05 / 2021  
  
Presidente CMA

**INSTITUI NO CALENDÁRIO  
OFICIAL DE EVENTOS DE  
ARACRUZ/ES, O "ABRIL DA  
INCLUSÃO".**

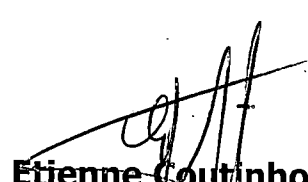
**A CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO  
APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Passa a fazer parte do calendário de Comemorações Oficiais do Município de Aracruz, o "Abril da Inclusão", mês dedicado a ações inerentes ao Transtorno de Espectro Autista (TEA).

**Art. 2º** Para a consecução dos objetivos desta Lei, o Poder Executivo deverá realizar ações a fim de ampliar os conhecimentos do Autismo, buscando combater a desigualdade e o preconceito.

**Art. 3º** As possíveis despesas para execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
**Etienne Coutinho Musso**  
Vereadora / Vice Presidente  
Câmara Municipal



**JUSTIFICATIVA**

O dia 2 de abril é mundialmente reconhecido como dia do Autismo, tratando-se de maneira legal através da Lei Federal nº 12.764/2012 que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

Buscando a inclusão e o fim da discriminação, o presente Projeto de Lei busca incluir no calendário oficial de eventos de Aracruz o mês destinado a inclusão social de pessoas com o transtorno supracitado, com realização de palestras, panfletagens, seminários e outros mecanismos com o fim de quebrar paradigmas da sociedade.

Os números de portadores do TEA têm aumentado ano após ano, segundo dados obtidos, são diagnosticados cerca de cento e cinquenta mil novos casos de autismo por ano.

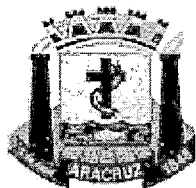
O Autismo é uma disfunção global do desenvolvimento, portanto, uma alteração que afeta a capacidade de comunicação, socialização e comportamental. Porém, a sociedade criou diversos mitos e estigmas relacionados ao transtorno, buscando o presente Projeto de Lei levar conhecimento e inclusão, desmistificando diversas crenças que tem levado a discriminação dos portadores.

Por derradeiro, conclamo aos nobres pares que aprovelem o Projeto de Lei na forma proposta, que certamente terá um papel fundamental na construção de cidadãos em nossa cidade, propensos a incluir e não discriminar os portadores do Autismo.

Atenciosamente.

Aracruz-ES, 5 de abril de 2021

  
**Etienne Coutinho Musso**  
Vereadora / vice - Presidente  
Câmara Municipal



Camara Municipal de Aracruz  
COMPROVANTE DE DESPACHO

Pg nº

004

9

CMA

ORIGEM

Local (Setor): PROTOCOLO

Trâmite Nº: 0

Data e Hora: 05/04/2021 17:25:38

Despacho: PROJETO DE LEI Nº 31/2021.

INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DE ARACRUZ/ES, O ABRIL DA INCLUSÃO.

Camara Municipal de Aracruz, 05 de abril de 2021

Maisa Campos Oliveira  
Responsável

Maisa C. Oliveira  
PROTOCOLO

PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO Nº - 224/2021 - Interno - PROJETO DE LEI Nº 31/2021.

GABINETE ETIENNE

Assunto: 001 - PROJETOS

SubAssunto: 001 - PROJETO DE LEI

Camara Municipal de Aracruz

INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DE ARACRUZ/ES,  
O ABRIL DA INCLUSÃO.

RECEBIMENTO

Local (Setor): LEGISLATIVO

Responsável: \_\_\_\_\_

Camara Municipal de Aracruz, 05/04/2021

Fabio Rossi

LEGISLATIVO

Fabio Rossi

De Adm. e Legislativo

Matrícula 154075



# *Câmara Municipal de Aracruz*

**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

Pg nº

005

166

CMA

## **MEMORANDO INTERNO**

**Data:** 13.04.2021

**Para:** Procuradoria da Câmara Municipal de Aracruz

**DE:** Gabinete do Vereador – Alexandre Manhães

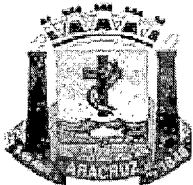
**Assunto:** Parecer

Prezado Senhor Procurador

Cumprimentando-o, venho solicitar a Vossa Excelência a análise e emissão do parecer jurídico do Projeto de Lei nº 031/2021, de autoria da Vereadora Etienne Coutinho Musso.

Cordialmente,

  
Alexandre Manhães  
Vereador



Camara Municipal de Aracruz  
COMPROVANTE DE DESPACHO

Fg nº

006

td

CMA

ORIGEM

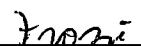
Local (Setor): LEGISLATIVO

Trâmite Nº: 1

Data e Hora: 14/04/2021 07:52:41

Despacho: Conforme memorando do vereador Alexandre Manhães, segue projeto de lei para análise e emissão de parecer jurídico.

Camara Municipal de Aracruz, 14 de abril de 2021

  
Fabiel Rossi  
Responsável

LEGISLATIVO

PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO Nº - 224/2021 - Interno - PROJETO DE LEI Nº 31/2021.

GABINETE ETIENNE

Assunto: 001 - PROJETOS

SubAssunto: 001 - PROJETO DE LEI

Camara Municipal de Aracruz

INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DE ARACRUZ/ES,  
O ABRIL DA INCLUSÃO.

RECEBIMENTO

Local (Setor): PROCURADORIA

Responsável: 

Camara Municipal de Aracruz, 14/04/2021

PROCURADORIA



*Câmara Municipal de Aracruz*  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº  
007  
18  
CMA

## PROCURADORIA

**Processo Administrativo nº:** 224/2021

**Requerente:** Vereadora Etienne Coutinho Musso

**Assunto:** Projeto de Lei nº 031/2021

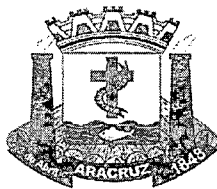
**Parecer nº:** 057/2021

**EMENTA:** PROCESSO LEGISLATIVO. PROJETO DE LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. INSTITUI O EVENTO "ABRIL DA INCLUSÃO" NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ. CONSTITUCIONALIDADE.

### 1. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação desta Câmara Municipal para que esta Procuradoria se manifeste sobre a constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 031/2021, de autoria da Vereadora Etienne Coutinho Musso, que institui o evento "Abril da Inclusão", dedicado a ações inerentes ao Transtorno do Espectro Autista no calendário oficial do Município de Aracruz.

É o que importa relatar.



# *Câmara Municipal de Aracruz*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº  
008  
CMA

## 2. DA COMPETÊNCIA DA PROCURADORIA E A NATUREZA DO PARECER

A Lei Municipal nº 3.814/14, ao dispor sobre deveres e responsabilidades dos procuradores legislativos (art. 5º, § 2º, do art. 9º e do Anexo X), estabelece que é atribuição destes advogados públicos “emitir parecer nos projetos de lei do Executivo e de iniciativa do Legislativo”, dentre outras.

**No âmbito do processo legislativo, os pareceres jurídicos elaborados pelos procuradores são meramente facultativos e não vinculantes, posto que os parlamentares – através das Comissões Temáticas e do Plenário – têm soberania para decidir colegiadamente sobre a constitucionalidade, legalidade e o mérito (oportunidade e conveniência) das proposições legislativas, sem prejuízo do ulterior controle pelo Poder Judiciário.**

A Procuradoria é órgão auxiliar do Poder Legislativo, responsável pela representação judicial e extrajudicial da Câmara Municipal de Aracruz, bem como pela função de assessoramento e consultoria jurídica.

Todavia, é imperioso ressaltar que os advogados públicos devem atuar com independência técnica e autonomia funcional, conforme dispõe o art. 2º, § 3º, art. 7º, I, § 2º, art. 18, art. 31, § 1º e § 2º, e art. 32 do Estatuto da Advocacia.

Nesse sentido, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF):

*(...) O exercício do poder-dever de questionar, de fiscalizar, de criticar e de buscar a correção de abusos cometidos por órgãos públicos e por agentes e autoridades do Estado, inclusive magistrados, reflete prerrogativa indisponível do advogado, que não pode, por isso mesmo, ser injustamente cerceado na prática legítima de atos que visem a neutralizar situações configuradoras de arbítrio estatal ou de desrespeito aos direitos daquele em cujo favor atua.*

[HC 98.237, Rel. Celso de Mello, j. 15.12.2009, 2ª T, DJ 6.8.2010]

No exercício do seu *mister*, cumpre aos procuradores públicos tão somente a análise da constitucionalidade, legalidade e a técnica legislativa das propostas, evitando-se manifestar-se sobre outras questões de ordem técnica (estranhas à sua especialidade) ou adentrar o mérito legislativo.





*Câmara Municipal de Aracruz*  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº  
009  
CMA

### 3. DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO

A competência legislativa dos municípios está prevista nos incisos I e II do art. 30 da Carta da República, *in verbis*:

**Art. 30. COMPETE AOS MUNICÍPIOS:**

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;**
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;**

A competência para legislar sobre assuntos de interesse local é exclusiva do Município, de forma que qualquer norma federal ou estadual que trate de temas de relevância predominantemente local, são inconstitucionais.

Por outro lado, no uso da competência suplementar, os municípios podem suprir as lacunas da legislação federal e estadual, regulamentando as respectivas matérias para ajustar a sua execução às peculiaridades locais. Entretanto, não podem contraditar a legislação federal e estadual existente, tampouco extrapolar sua competência para disciplinar apenas assuntos de interesse local.

Não há uma enumeração constitucional, expressa e taxativa, dos chamados assuntos de interesse local, de competência do ente municipal. Deverão eles ser identificados caso a caso, a partir da aplicação do *princípio da predominância do interesse*.

O princípio da predominância do interesse parte da premissa de que há assuntos que, por sua natureza, devem, essencialmente, ser tratados de maneira uniforme em todo o País e outros em que, no mais das vezes, é possível ou mesmo desejável a diversidade de regulação e atuação do Poder Público, ou em âmbito regional, ou em âmbito local.

Logo, se a matéria é de interesse predominantemente geral, a competência é outorgada à União. Aos estados são reservadas as matérias de interesse predominantemente regional. Cabe aos municípios a competência sobre as matérias de interesse predominantemente local.

Fixadas essas premissas, faz-se necessário verificar se o Município tem competência para legislar sobre a matéria.



*Câmara Municipal de Aracruz*  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº  
010  
CMA

Nos termos do art. 23, II, da Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e da assistência pública.

Já o art. 24, XIV, da CF/88 dispõe que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

O art. 30, I e II, da Carta da República dispõe que compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, bem como suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Assim, a competência da União para legislar sobre normas gerais relacionadas à proteção e integração das pessoas portadoras de deficiência, bem como a atribuição dos Estados e do Distrito Federal para prescrever normas regionais sobre a matéria, não afastam a competência suplementar dos Municípios para legislar sobre proteção e integração dos deficientes, desde que não contrarie as regras estabelecidas pela União, Estados e DF.

Como se vê, a presente proposta está inserida na competência legislativa do Município, posto que trata da instituição de política pública local de informação e conscientização sobre doença (Transtorno do Espectro Autista).

#### 4. DA INICIATIVA LEGISLATIVA

Em regra, a iniciativa legislativa é geral, competindo concorrentemente aos vereadores, às comissões, ao Prefeito e ao povo a proposição de normas jurídicas em âmbito municipal (emendas à Lei Orgânica e leis ordinárias).

Entretanto, a própria Constituição reserva a iniciativa de determinadas matérias ao chefe do Executivo. Nesse sentido, dispõe o art. 61, § 1º da CF/88:

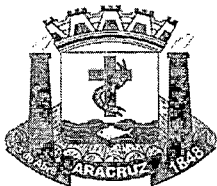
Art. 61. (...)

**§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:**

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e



*Câmara Municipal de Aracruz*  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº  
011  
CMA

- autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
  - c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
  - d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
  - e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;
  - f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

O referido comando constitucional, que explicita as leis iniciativa privativa do Presidente da República, é de reprodução obrigatória (no que couber) em âmbito municipal em decorrência chamado *princípio da simetria*.

O princípio da simetria exige que os Estados e os Municípios adotem, sempre que possível, em suas respectivas Constituições e Leis Orgânicas, os princípios fundamentais e as regras de organização existentes na Constituição, principalmente as relacionadas a estrutura do governo, forma de aquisição e exercício do poder, organização de seus órgãos e limites de sua própria atuação.

Destaque-se que nos termos da Constituição Federal (art. 63) e da Lei Orgânica Municipal (art. 31) é vedado o aumento de despesa nos projetos de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo e nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º da CF e no art. 95, § 2º e 30 da LOM.

Posto isto, cumpre verificar se o proponente tem competência dar início ao processo legislativo no presente caso.

O Supremo Tribunal Federal (STF) firmou seu entendimento no sentido de que as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão taxativamente



*Câmara Municipal de Aracruz*  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº  
012  
CMA

previstas no art. 61 da Constituição Federal, que trata da reserva de iniciativa de lei do chefe do Poder Executivo.

Não se permite, dessa forma, interpretação ampliativa do citado dispositivo constitucional, para abarcar matérias além daquelas relativas ao funcionamento e estruturação da Administração Pública, sob pena de se esvaziar a atividade legislativa das câmaras municipais.

Vejamos:

1. Ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local. Não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposto pelo Chefe do Executivo. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no artigo 61 da Constituição do Brasil – matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Precedentes.  
(STF, Pleno, ADI nº 3394/AM, Relator Ministro Eros Grau, DJe de 23.8.2007)

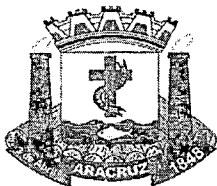
Recentemente, em sede de repercussão geral, o STF fixou a seguinte tese:

Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a administração pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte.

(STF – ARE 878.911 RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, Julgamento: 29.09.2016, Publicação: DJe 11.10.2016, Tema 917)

Assim, apenas nas hipóteses taxativamente previstas no § 1º do art. 61 da CF/88, ou seja, nos projetos de lei cujas matérias sejam de iniciativa reservada do chefe do Poder Executivo, é que o Poder Legislativo não poderá criar despesas.

Outro limite à iniciativa legislativa é a impossibilidade de se remodelar, por norma de origem parlamentar, órgãos ou entidades da estrutura do Executivo.



*Câmara Municipal de Aracruz*  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº  
013  
CMA

O Legislativo não pode criar novas atribuições para órgãos/entidades existentes, nem criar novas pessoas jurídicas ou unidades desconcentradas, sob pena de violação à alínea e do inciso II do § 1º do art. 61 da CF/88.

Contudo, é possível coordenar a atuação de órgãos ou entidades já existentes, ou fixar-lhes os objetivos de atuação, ou ainda especificar-lhes as tarefas, dentro do quadro normativo já existente.

**Nesse contexto, proposta que institua objetivos e/ou indique ações para as políticas públicas de informação, conscientização, proteção à saúde e de integração das pessoas portadoras de deficiência, de forma meramente propositiva ou exortativa, sem criar qualquer atribuição nova a órgão da Administração Pública Municipal, não viola o art. 61, § 1º, II, e da CF/88.**

Isso porque o cumprimento da norma correrá por conta de órgãos municipais já existentes, dentro de seus deveres genéricos de atuação.

Entendimento diverso inviabilizaria qualquer iniciativa legislativa pelo Parlamento, já que, de uma ou outra forma, sempre (ou quase sempre) haverá necessidade de alguma atuação da Administração Pública Municipal.

Assim, entendo que a proposição em exame não se enquadra nas hipóteses de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

Trata-se, portanto, de matéria de iniciativa comum.

## **5. DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E DA LEGALIDADE**

Compulsando os autos, não vislumbro incompatibilidade entre a proposta e as regras/princípios estabelecidos pela CF/88 ou nas normas infraconstitucionais.

## **6. DO PROCEDIMENTO DE DELIBERAÇÃO**

Por se tratar de projeto de lei ordinária, deve ser observado o quórum de maioria simples para aprovação, ou seja, maioria dos votos desde que presente a maioria absoluta dos vereadores.



## 7. DA TÉCNICA LEGISLATIVA

A Constituição Federal estabeleceu, no Parágrafo Único do art. 59, a necessidade da edição de lei complementar sobre a elaboração, a alteração, a redação e a consolidação das leis. A LC nº 95/98, atendeu essa determinação de estabelecer diretrizes para a organização do ordenamento jurídico.

**Analisando os autos, verifico a existência de erro material.**

**Assim, a fim de auxiliar no aperfeiçoamento do processo legislativo, sugiro a edição de emendas para modificar os arts. 1º, 2º e 3º do Projeto, nos seguintes termos:**

**Art. 1º** Passa a fazer parte do calendário de Comemorações Oficiais do Município de Aracruz, o “Abril da Inclusão”, mês dedicado a ações inerentes ao Transtorno do Espectro Autista (TEA).

**Art. 2º** Para a consecução dos objetivos desta Lei, o Poder Executivo deverá realizar ações a fim de ampliar os conhecimentos sobre o Autismo, buscando combater a desigualdade e o preconceito.

**Art. 3º** As despesas para execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

## 8. CONCLUSÃO


Ante o exposto, pelos fundamentos jurídicos supracitados, entendo que o Projeto de Lei nº 031/2021 está em conformidade com o ordenamento jurídico.

**Assim, opino pela LEGALIDADE/CONSTITUCIONALIDADE.**

Todavia, sugiro a edição de emendas para corrigir erros materiais, bem como aperfeiçoar a redação do projeto, nos termos do Item 7 da fundamentação.

É o parecer, à superior consideração.

Aracruz/ES, 19 de abril de 2021.

  
**MAURÍCIO XAVIER NASCIMENTO**  
Procurador – mat. 015237  
OAB/ES 14.760



Camara Municipal de Aracruz  
COMPROVANTE DE DESPACHO

Pg nº  
015  
CMA

ORIGEM


Local (Setor): PROCURADORIA

Trâmite Nº: 2

Data e Hora: 19/04/2021 12:12:19

Despacho: Segue o parecer para conhecimento e providência.

Camara Municipal de Aracruz, 19 de abril de 2021

  
Heitor Santana dos Santos  
Responsável

PROCURADORIA

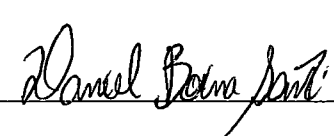
PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO Nº - 224/2021 - Interno - PROJETO DE LEI Nº 31/2021.  
GABINETE ETIENNE  
Assunto: 001 - PROJETOS  
SubAssunto: 001 - PROJETO DE LEI  
Camara Municipal de Aracruz

INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DE ARACRUZ/ES,  
O ABRIL DA INCLUSÃO.

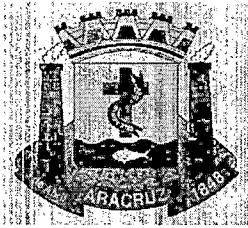
RECEBIMENTO

Local (Setor): LEGISLATIVO

Responsável: 

Camara Municipal de Aracruz, 19,04,21

  
LEGISLATIVO



PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

APROVADO TURNO ÚNICO

AUTOR: ETIENNE COUTINHO MUSSO

RELATOR: ALEXANDRE FERREIRA MANHÃES

24/05/2021  
*[Signature]*  
Presidente CMA

I - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Em cumprimento ao artigo 28, Parágrafo Único do Regimento Interno, esta relatoria passa a análise do mérito do PROJETO DE LEI Nº 031/2021, que "INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS, O "ABRIL DA INCLUSÃO".

Tempestivo lembrar que compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, conforme Art. 30 do Regimento Interno desta Casa de leis, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa utilizada pelo mesmo. Transcrevo:

Art. 30. Sem prejuízo do disposto no Art. 27, § 2º, da Lei Orgânica, compete:

I - À Comissão de Constituição, Justiça e Redação:

a - Os aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e de técnica legislativa das proposições.

O Parágrafo Único do Artigo 28 do regimento supramencionado preceitua: As Comissões permanentes examinarão as matérias de sua competência na ordem estabelecida neste artigo, concluindo sempre por parecer escrito.

*[Signature]*





II – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto PROJETO DE LEI Nº 031/2021, que “INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS, O “ABRIL DA INCLUSÃO”, com o objetivo de que no mês escolhido, sejam desenvolvidas ações como palestras, panfletagens, seminários e outros mecanismos”, a fim de melhor informar aos munícipes sobre o Transtorno do Espectro Autista.

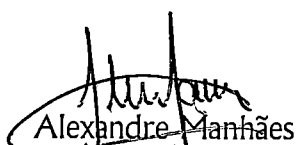
A douta procuradoria da Casa opinou pela CONSTITUCIONALIDADE DA MATÉRIA, sugerindo emendas para melhora adequação à boa técnica legislativa, para atender o que leciona a Lei Complementar nº95/98.

É o breve relatório.

III - VOTO DO RELATOR

Assim sendo, não havendo óbices, este relator se manifesta pela CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE do Projeto Lei 031/2021 com emenda, motivo pelo qual, opino pela tramitação, discussão e votação da matéria proposta.

Aracruz, 10 de maio de 2021.

  
Alexandre Manhães  
Relator



*Câmara Municipal de Aracruz*  
**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

Fg nº

018

*[Signature]*  
CMA

**EMENDA MODIFICATIVA Nº 011 /2021**

O Art. 1º do Projeto de Lei nº31/2021 que “INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS, O “ABRIL DA INCLUSÃO”, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Passa a fazer parte do calendário de Comemorações Oficiais do Município de Aracruz, o “Abril da Inclusão”, mês dedicado a ações inerentes ao Transtorno do Espectro Autista (TEA).

**APROVADO TURNO ÚNICO**

*24/05/2021*  
*[Signature]*  
Presidência CMA

Aracruz – ES, 10 de maio de 2021.

*[Signature]*  
**Alexandre Manhães**  
Vereador



*Câmara Municipal de Aracruz*  
**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

Fg nº

019

*[Handwritten signature]*  
LMA

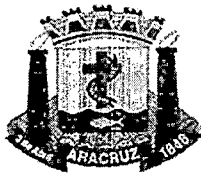
**JUSTIFICATIVA**

A emenda modificativa apresentada ao Projeto de Lei 031/2021, tem por finalidade a adequação da redação á melhor técnica legislativa, conforme leciona a LC nº95/98.

Sendo assim, peço aprovação dos nobres edis.

Aracruz – ES, 10 de maio de 2021.

*[Handwritten signature]*  
**Alexandre Manhães**  
Vereador



*Câmara Municipal de Aracruz*  
**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

Fg nº  
020  
CMA

**EMENDA MODIFICATIVA Nº 012 /2021**

O Art. 2º do Projeto de Lei nº31/2021 que "INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS, O "ABRIL DA INCLUSÃO", passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Para a consecução dos objetivos desta Lei, o Poder Executivo deverá realizar ações a fim de ampliar os conhecimentos **sobre o** Autismo, buscando combater a desigualdade e o preconceito.

**APROVADO TURNO ÚNICO**

24/05/2021  
Presidência CMA

Aracruz – ES, 10 de maio de 2021.

  
**Alexandre Manhães**  
Vereador



# *Câmara Municipal de Aracruz*

**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

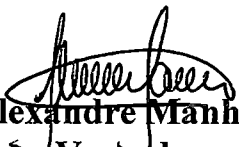
Pág.  
02  
JMA

## **JUSTIFICATIVA**

A emenda modificativa apresentada ao Projeto de Lei 031/2021, tem por finalidade a adequação da redação á melhor técnica legislativa, conforme leciona a LC nº95/98.

Sendo assim, peço aprovação dos nobres edis.

Aracruz – ES, 10 de maio de 2021.

  
**Alexandre Manhães**  
Vereador



*Câmara Municipal de Aracruz*  
**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

Pg nº

622

*[Signature]*  
CMA

**EMENDA MODIFICATIVA Nº 013 /2021**

O Art. 3º do Projeto de Lei nº31/2021 que “INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS, O “ABRIL DA INCLUSÃO”, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º As despesas para a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

Aracruz – ES, 10 de maio de 2021.

**APROVADO TURNO ÚNICO**

24.05.2021

*[Signature]*  
Presidência CMA

*[Signature]*  
**Alexandre Manhães**  
Vereador



*Câmara Municipal de Aracruz*  
**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**


Pág.  
023  
[Signature]

**JUSTIFICATIVA**

A emenda modificativa apresentada ao Projeto de Lei 031/2021, tem por finalidade a adequação da redação á melhor técnica legislativa, conforme leciona a LC nº95/98.

Sendo assim, peço aprovação dos nobres edis.

Aracruz – ES, 10 de maio de 2021.

  
**Alexandre Manhães**  
**Vereador**



## COMISSÃO DE DEFESA DO CIDADÃO E HONRARIAS

**PROJETO DE LEI Nº 031/2021**

APROVADO TURNO ÚNICO

29/05/2021  
*[Signature]*  
Presidência CMA

**EMENTA:** INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DE ARACRUZ/ES, O 'ABRIL DA INCLUSÃO.'

**AUTOR:** PODER LEGISLATIVO – VEREADORA ETIENNE COUTINHO MUSSO

**RELATORA:** ADRIANA GUIMARÃES MACHADO – VEREADORA

### I- RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Vereadora Etienne Coutinho Musso, que institui no Calendário Oficial de eventos de Aracruz/ES, o "Abril da Inclusão", cujo objetivo é ampliar ações de conhecimentos do Autismo, buscando combater a desigualdade e o preconceito, com realizações de palestras, planfletagens, seminários e outros mecanismo com o fim de quebrar paradigmas da sociedade, buscando assim a inclusão social.

A *priori*, cumpre destacar que a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação pugnou pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei em comento.

### II – COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CIDADÃO E HONRARIAS

Neste diapasão, em conformidade com o artigo 30, III, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, cabe à Comissão de Defesa do Cidadão e





Honrarias, matérias que digam respeito ao exercício dos direitos inerentes à cidadania, a segurança pública, os direitos do consumidor, das minorias, da mulher, da criança, do idoso e do deficiente físico, bem como os aspectos pertinentes à concessão de títulos honoríficos a personalidades.

Sendo assim, a presente matéria é pertinente para apreciação desta Comissão.

### **III – DO MÉRITO**

O presente Projeto de Lei, traz à baila justificativa totalmente pertinente para que o presente evento seja inserido no Calendário Oficial de Eventos deste Município, devido ao seu caráter de inclusão social, trazendo assim argumentos suficientes para que evidencie o mérito.

### **IV – CONCLUSÃO**

Ante o exposto, após análise do Projeto de Lei, opino favoravelmente a matéria em questão, bem como sejam adotadas as cautelas de estilo para prosseguimento do presente.

Aracruz/ES, 19 de maio de 2021.

*Adriana G. Machado*  
**ADRIANA GUIMARAES MACHADO**

Vereadora - REPUBLICANOS



## MAPA DE VOTAÇÃO

Turno Único: 15ª Sessão Ordinária

Data: 24/05/2021

**PROPOSIÇÃO:** PROJETO DE LEI N.º 031/2021 – INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DE ARACRUZ/ES, O “ABRIL DA INCLUSÃO”.

VEREADOR	COMISSÃO DE JUSTIÇA		COMISSÃO DE HONRARIAS	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
ADRIANA GUIMARÃES MACHADO	X		X	
ALCIELIO LIMA DE NEGREIROS	X		X	
ALEXANDRE FERREIRA MANHÃES	X		X	
ANDRÉ CARLESSO	Ausente		Ausente	
ARTÊMIO NUNES ROSSONI	X		X	
CARLOS ALBERTO PEREIRA VIEIRA	X		X	
CARLOS ANDRÉ FRANCA DE SOUZA	X		X	
ELIOMAR ANTÔNIO ROSSATO	X		X	
ETIENNE COUTINHO MUSSO	X		X	
JEAN CARLO GRATZ PEDRINI	X		X	
JOSÉ GOMES DOS SANTOS	Presidente		Presidente	
LEANDRO RODRIGUES PEREIRA	X		X	
LUIZ CARLOS MATHIAS CARLOS	X		X	
MARCELO CABRAL SEVERINO	X		X	
ROBERTO DOS REIS RANGEL	X		X	
SEBASTIÃO SFALSIN DO NASCIMENTO	X		X	
VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA	X		X	

### RESULTADOS:

#### COMISSÃO DE JUSTIÇA

Favoráveis: 15 votos

Contrários: 00 votos

#### COMISSÃO DE HONRARIAS

Favoráveis: 15 votos

Contrários: 00 votos

  
Marcelo Cabral Severino  
1º Secretário



## MAPA DE VOTAÇÃO

Turno Único: 15ª Sessão Ordinária

Data: 24/05/2021

**PROPOSIÇÃO:** EMENDA MODIFICATIVA Nº 011/2021 AO PROJETO DE LEI N.º 031/2021 – INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DE ARACRUZ/ES, O “ABRIL DA INCLUSÃO”.

VEREADOR	EMENDA MODIFICATIVA Nº 011/2021	
	SIM	NÃO
ADRIANA GUIMARÃES MACHADO	X	
ALCIELIO LIMA DE NEGREIROS	X	
ALEXANDRE FERREIRA MANHÃES	X	
ANDRÉ CARLESSO	Ausente	
ARTÊMIO NUNES ROSSONI	X	
CARLOS ALBERTO PEREIRA VIEIRA	X	
CARLOS ANDRÉ FRANCA DE SOUZA	X	
ELIOMAR ANTÔNIO ROSSATO	X	
ETIENNE COUTINHO MUSSO	X	
JEAN CARLO GRATZ PEDRINI	X	
JOSÉ GOMES DOS SANTOS	Presidente	
LEANDRO RODRIGUES PEREIRA	X	
LUIZ CARLOS MATHIAS CARLOS	X	
MARCELO CABRAL SEVERINO	X	
ROBERTO DOS REIS RANGEL	X	
SEBASTIÃO SFALSIN DO NASCIMENTO	X	
VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA	X	

RESULTADO:

Favoráveis: 15 votos

Contrários: 00 votos

  
Marcelo Cabral Severino  
1º Secretário



## MAPA DE VOTAÇÃO

Turno Único: 15ª Sessão Ordinária

Data: 24/05/2021

**PROPOSIÇÃO:** EMENDA MODIFICATIVA Nº 012/2021 AO PROJETO DE LEI Nº 031/2021 – INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DE ARACRUZ/ES, O “ABRIL DA INCLUSÃO”.

VEREADOR	EMENDA MODIFICATIVA Nº 012/2021	
	SIM	NÃO
ADRIANA GUIMARÃES MACHADO	X	
ALCIELIO LIMA DE NEGREIROS	X	
ALEXANDRE FERREIRA MANHÃES	X	
ANDRÉ CARLESSO	Ausente	
ARTÊMIO NUNES ROSSONI	X	
CARLOS ALBERTO PEREIRA VIEIRA	X	
CARLOS ANDRÉ FRANCA DE SOUZA	X	
ELIOMAR ANTÔNIO ROSSATO	X	
ETIENNE COUTINHO MUSSO	X	
JEAN CARLO GRATZ PEDRINI	X	
JOSÉ GOMES DOS SANTOS	Presidente	
LEANDRO RODRIGUES PEREIRA	X	
LUIZ CARLOS MATHIAS CARLOS	X	
MARCELO CABRAL SEVERINO	X	
ROBERTO DOS REIS RANGEL	X	
SEBASTIÃO SFALSIN DO NASCIMENTO	X	
VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA	X	

### RESULTADO:

Favoráveis: 15 votos

Contrários: 00 votos

  
Marcelo Cabral Severino  
1º Secretário



## MAPA DE VOTAÇÃO

Turno Único: 15ª Sessão Ordinária

Data: 24/05/2021

**PROPOSIÇÃO:** EMENDA MODIFICATIVA Nº 013/2021 AO PROJETO DE LEI N.º 031/2021 – INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DE ARACRUZ/ES, O “ABRIL DA INCLUSÃO”.

VEREADOR	EMENDA MODIFICATIVA Nº 013/2021	
	SIM	NÃO
ADRIANA GUIMARÃES MACHADO	X	
ALCIELIO LIMA DE NEGREIROS	X	
ALEXANDRE FERREIRA MANHÃES	X	
ANDRÉ CARLESSO	Ausente	
ARTÊMIO NUNES ROSSONI	X	
CARLOS ALBERTO PEREIRA VIEIRA	X	
CARLOS ANDRÉ FRANCA DE SOUZA	X	
ELIOMAR ANTÔNIO ROSSATO	X	
ETIENNE COUTINHO MUSSO	X	
JEAN CARLO GRATZ PEDRINI	X	
JOSÉ GOMES DOS SANTOS	Presidente	
LEANDRO RODRIGUES PEREIRA	X	
LUIZ CARLOS MATHIAS CARLOS	X	
MARCELO CABRAL SEVERINO	X	
ROBERTO DOS REIS RANGEL	X	
SEBASTIÃO SFALSIN DO NASCIMENTO	X	
VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA	X	

### RESULTADO:

Favoráveis: 15 votos

Contrários: 00 votos

  
Marcelo Cabral Severino  
1º Secretário



**MAPA DE VOTAÇÃO**

**Turno Único:** 15ª Sessão Ordinária

**Data:** 24/05/2021

**PROPOSIÇÃO:** PROJETO DE LEI N.º 031/2021 – INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DE ARACRUZ/ES, O “ABRIL DA INCLUSÃO”.

VEREADOR	PROJETO DE LEI N.º 031/2021	
	SIM	NÃO
ADRIANA GUIMARÃES MACHADO	X	
ALCIELIO LIMA DE NEGREIROS	X	
ALEXANDRE FERREIRA MANHÃES	X	
ANDRÉ CARLESSO	Ausente	
ARTÊMIO NUNES ROSSONI	X	
CARLOS ALBERTO PEREIRA VIEIRA	X	
CARLOS ANDRÉ FRANCA DE SOUZA	X	
ELIOMAR ANTÔNIO ROSSATO	X	
ETIENNE COUTINHO MUSSO	X	
JEAN CARLO GRATZ PEDRINI	X	
JOSÉ GOMES DOS SANTOS	Presidente	
LEANDRO RODRIGUES PEREIRA	X	
LUIZ CARLOS MATHIAS CARLOS	X	
MARCELO CABRAL SEVERINO	X	
ROBERTO DOS REIS RANGEL	X	
SEBASTIÃO SFALSIN DO NASCIMENTO	X	
VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA	X	

**RESULTADO:**

**Favoráveis: 15 votos**

**Contrários: 00 votos**

  
**Marcelo Cabral Severino**  
**1º Secretário**



# *Câmara Municipal de Aracruz*

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Pg nº

037

for  
CMA

Aracruz-ES, 25 de maio de 2021.

Of. nº. 266/2021  
Gab. da Presidência

**SENHOR PREFEITO:**

Encaminho a Vossa Excelência o **Projeto de Lei nº 031/2021 – Institui no calendário oficial de eventos de Aracruz/ES, o “Abril da inclusão”** – com as **Emendas Modificativas nº 011, 012 e 013/2021**, o qual foi **aprovado** em Turno Único, na 15ª Sessão Ordinária, realizada em 24/05/2021, para conhecimento e providências cabíveis.

Na oportunidade apresento minhas,

**Cordiais Saudações,**

  
**JOSÉ GOMES DOS SANTOS – LULA**  
Presidente da Câmara

**Exmº Senhor**  
**LUIZ CARLOS COUTINHO**  
**Prefeito Municipal**  
**Nesta**



LEI N.º 4.377, DE 02/06/2021.



**SANCIONADA**

Em, 02/06/2021.

*[Signature]*  
Prefeito Municipal

INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE  
EVENTOS DE ARACRUZ/ES, O “ABRIL DA  
INCLUSÃO”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO  
SANTO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E  
EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Passa a fazer parte do calendário de Comemorações Oficiais do  
Município de Aracruz, o “Abril da Inclusão”, mês dedicado a ações inerentes ao Transtorno do  
Espectro Autista (TEA).

Art. 2º Para a consecução dos objetivos desta Lei, o Poder Executivo deverá  
realizar ações a fim de ampliar os conhecimentos sobre o Autismo, buscando combater a  
desigualdade e o preconceito.

Art. 3º As despesas para a execução da presente lei correrão por conta das  
dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

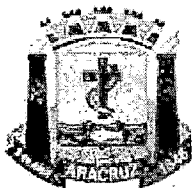
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 02 de Junho de 2021.

*[Signature]*

LUIZ CARLOS COUTINHO  
Prefeito Municipal





Camara Municipal de Aracruz  
COMPROVANTE DE DESPACHO

Pg nº

033

for  
CMA

ORIGEM

Local (Setor): LEGISLATIVO

Trâmite Nº: 3

Data e Hora: 14/06/2021 10:10:15

Despacho: Tendo sido aprovado o PL e convertido em Lei, encaminho os autos para arquivamento.

Camara Municipal de Aracruz, 14 de junho de 2021

\_\_\_\_\_  
Marcus Vinicius Garuzzi Martinelli  
Responsável

\_\_\_\_\_  
LEGISLATIVO

PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO Nº - 224/2021 - Interno - PROJETO DE LEI Nº 31/2021.

GABINETE ETIENNE

Assunto: 001 - PROJETOS

SubAssunto: 001 - PROJETO DE LEI

Camara Municipal de Aracruz

INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DE ARACRUZ/ES,  
O ABRIL DA INCLUSÃO.

RECEBIMENTO

Local (Setor): ARQUIVO LEGISLATIVO

Responsável: \_\_\_\_\_

Camara Municipal de Aracruz, 14/06/2021

\_\_\_\_\_  
ARQUIVO LEGISLATIVO